



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE



DECLARAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através da sua Comissão de Organização Central das Conferências, declara que o

Sr.(a) _____

Foi eleito delegado na VI Conferência Municipal do direito da Criança e do Adolescente, para participar da VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que efetuar-se-à nos dias 06, 07 e 08/10/2005 no Município de Ribeirão Preto.

Declara também que os delegados são convocados para participarem de duas reuniões preparatórias, nos dias 22/09/05 às 15h30 e no dia 29/09/05 às 13h00 na Câmara Municipal de São Paulo.

Sem mais, atenciosamente,

Comissão Central das Conferências – CMDCA/SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE



DECLARAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através da sua Comissão de Organização Central das Conferências, declara que o

Sr.(a) _____

Foi eleito delegado na VI Conferência Municipal do direito da Criança e do Adolescente, para participar da VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que efetuar-se-à nos dias 06, 07 e 08/10/2005 no Município de Ribeirão Preto.

Declara também que os delegados são convocados para participarem de duas reuniões preparatórias, nos dias 22/09/05 às 15h30 e no dia 29/09/05 às 13h00 na Câmara Municipal de São Paulo.

Sem mais, atenciosamente,

Comissão Central das Conferências – CMDCA/SP

①

Conferência Municipal Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente (propostas aprovadas em 31/08/05)

Tema Central

Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - Por uma Política para a Criança e Adolescente.

Turma A

OFICINA DAS CRIANÇAS

Maior divulgação do Conselho Tutelar e do Estatuto das Crianças e Adolescentes nas escolas, garantindo que ele participe da comunidade escolar e que atue quando houver violação dos direitos.

Garantir que as escolas abram aos sábados, para que não seja apenas um espaço para o lazer e sim para que eles tenham um espaço para discutir assuntos de interesses da comunidade, que envolvam alunos, familiares e professores.

Turma B

MELHORA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Instituições com mais qualidade para que a criança e o adolescente possam permanecer por mais tempo na escola com mais segurança, melhoria da limpeza do ambiente de educação, mais apoio às casas de cultura para que possa envolver números maiores de crianças e adolescentes, implantação de jornal e rádio populares, desenvolvidos pelas crianças e adolescentes sendo que os mesmos façam suas matérias (Divulgação do ECA e cuidados do meio ambiente, uso de drogas, questão sexuais) para que a proposta implantada tem peso de execução na formação de cidadãos conscientes críticos.

Conscientizar os educadores da importante participação deles nestas questões, apoiando a criança e o adolescente para obter bons resultados futuros.

À inclusão de pessoas portadores de deficiência físicas de varias etnias e raças.

Saúde

- Melhorar os postos de saúde com medicamentos e atendimento à Criança e Adolescente.
- Reivindicar junto ao estado a melhoria dos Hospitais, inclusive aumentando a segurança destes lugares tendo atendimento gratuito de Dentistas, Fisioterapia, Fonoaudióloga e Outros.
- Promover palestras que venham falar sobre sexualidade, DST, Drogas, e esclarecimentos sobre os direitos dos cidadãos portadores de deficiência físicos, para a comunidade como um todo.

Tema 1

O papel da Sociedade e do Estado na Formulação, Execução e Monitoramento de uma Política para Crianças e Adolescentes.

GRUPO 1

1. Capacitação dos professores escola públicas para linguagem de libras(linguagem dos surdos e mudos), inserindo no currículo escolar o mínimo de uma aula por semana para todos os alunos e ainda que se tenha nos programas de televisão "a janela" de comunicação em todos os programas educativos.
2. **Campanha nacional de divulgação do estatuto de crianças e adolescente através da mídia , com distribuição do eca e cartilhas em locais publicos e entidades. visando o fortalecimento dos gremios entudantis nas escolas , maior participação de crianças e jovens nas conferencias (que estas ocorram aos finais de semana) e ainda sejam garantidos liberação de verbas voltadas aos cursos de capacitação profissional.**

GRUPO 5

Propostas aprovadas.

- 1- Criação, em cada região, de projetos sociais voltados para o primeiro emprego através de parceria público privada.
- 2- Criação de hospitais com atendimento especializados em criança e adolescente.

GRUPO 6

1-Desafio: Melhorar a qualidade de ensino pela formação e cidadão conscientes e participativos.

Propostas : Formar e reciclar profissionais da educação, incluindo o estatuto do eca e de cidadania no currículo escolar, democratizando os espaços escolares, dando fim a aprovação automática e instaurando a semana do eca nas escolas.

2-Desafio: Proporcionar o desenvolvimento pleno do cidadão e inclusão social. propostas: criar programas e espaços para infância e juventude nas áreas de esportes, cultura e lazer e políticas mais eficazes de profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Tema 2

O participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público

Grupos 1, 2 e 3

PROPOSTAS:

1. Que haja prestação de contas do poder publico com fiscalização das verbas e divulgação nos conselhos tutelares, internet;
2. Que o governo garanta que o adolescente, após ter feito um curso profissionalizante adquira uma vaga de emprego na função de aprendiz como determina um dos artigos do eca;
3. Que nas redes publicas de saúde seja garantido o medico hebiatra, que tenha como função especifica o no acompanhamento psicologico gratuito aos adolescente e com isso também seja criado um disque ajuda para adolescente.

Grupo 4

PROPOSTAS:

1. criar uma comissão de pais e alunos para a fiscalização da entrada de verba nas escolas e nas subprefeituras;
2. reestruturação dos espaços ociosos (prédios, galpão, terreno, baldios) que serem direcionados a projetos para crianças e adolescentes como ongs instituições em geral (promovendo também cursos profissionalizantes nestes locais).

Grupo 5

PROPOSTAS:

1. Mais divulgações, em relação aos direitos da criança e dos adolescentes (eca); ter locais de divulgação das conferencias em jornais, revistas e televisões; informar as escolas sobre os eventos das conferencias, tendo dialogos entre professores diretores e alunos;
2. Maior participação da comunidade no orçamento publico;

Grupo 6

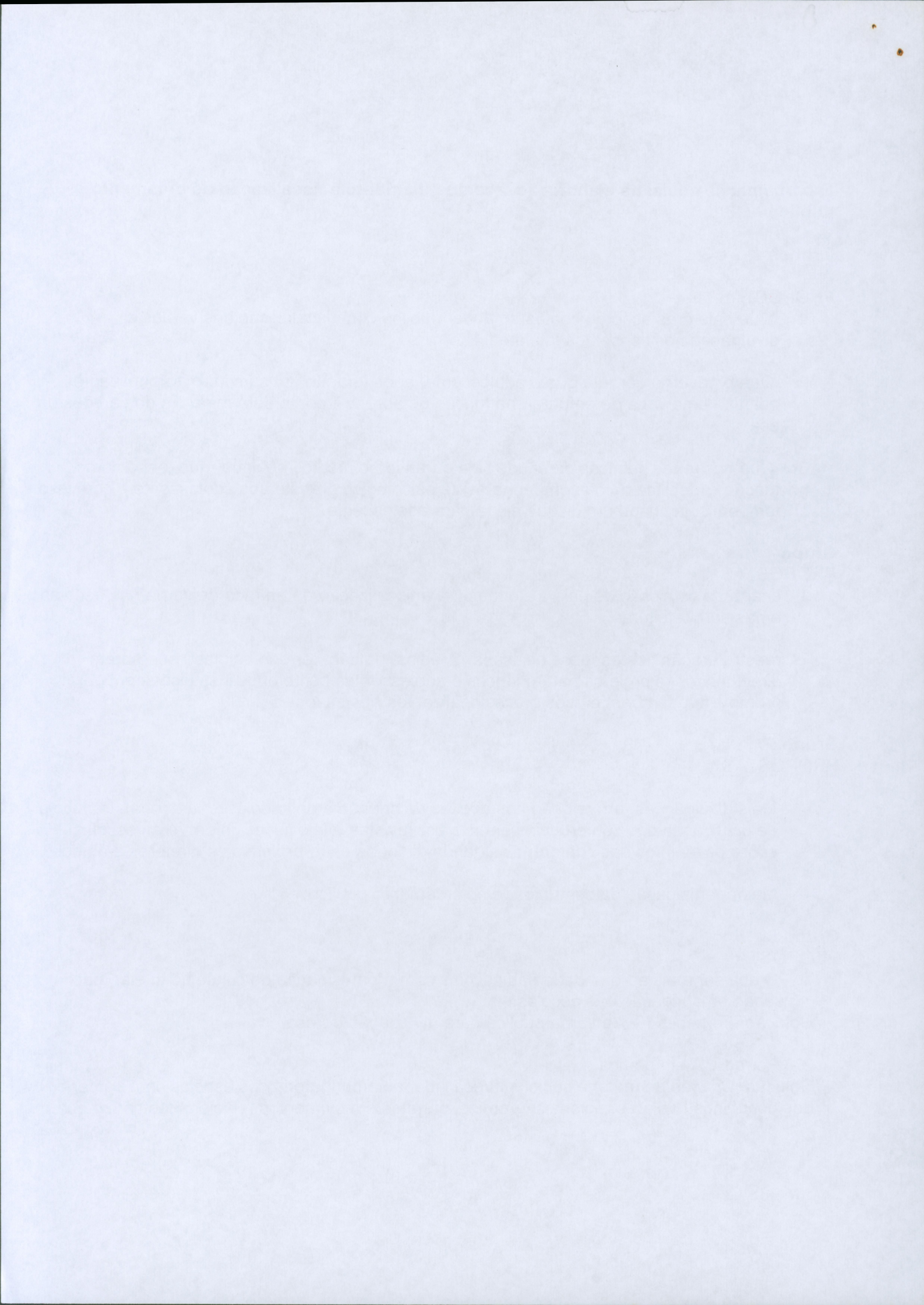
PROPOSTA:

1. O eca ser mais aprofundado nas escolas com a participação do conselho tutelar, não sendo só obrigação das escolas.

Solução: Fornecer 1% da verba publica para divulgação do eca.

2. Por o ECA em pratica.

Solução: Criação de matéria sociologia/eca/cidadania obrigatoria nas escolas com parceria dos conselhos tutelares regionais, gremios, projetos e movimentos relacionados com o eca.



Tema 3

Participação Social na promoção da Igualdade e valorização da diversidade: Gênero, Raça, Etnia, Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional.

1) Ter Oficinas temáticas nas escolas, sobre gênero, afetividade, Sexualidade e Outros. Nós chegamos à conclusão, que havendo oficinas temáticas nas escolas, mesmo que sendo duas vezes no ano com duração de uma semana iríamos obter mais resultados em relação aos jovens e as crianças, pois todos teriam conhecimentos sobre drogas, seus direitos e deveres, doenças e assim aprenderiam a respeitar o próximo e a si mesmo, principalmente as pessoas portadoras de deficiência físicas. Além disto, e poderíamos ter programas na mídia contra a discriminação como forma de conscientização da sociedade.

2) Adequações da sociedade para recursos aos deficientes físicos como, por exemplo, semáforos com sinais sonoros, braille em computadores e livros, rampas para paraplégicos e etc.

Grupo D

1) Mais divulgação do ECA nas escolas (Através de grêmios e grupos etc...). E respeitar o estatuto da criança e adolescente.

2) Incluir os pais nas atividades da escola.

Grupo 15

1) Criar uma cultura de participação para crianças/adolescentes ocuparem e/ou criarem espaços destinados à creches, lazer, educação, profissionalização e conhecimentos gerais. Organizando também debates de temas diversos.

2) Capacitação/ Formação de educadores para garantir espaços de discussões na comunidade: unindo escolas, instituições e postos de saúde (abrangendo os temas: orientação sexual, preconceito, deficiências e drogas).

Reforma educacional

➤ Alterar a metodologia do ensino formal e incluir no currículo escolar as disciplinas: Informática, inglês intensivo e estudo do ECA em escolas públicas e faculdades.

Saúde

➤ Implantar nas escolas públicas e profissionais capacitados (assistentes sociais ou psicólogos de ambos os sexos) para dar plantões, palestras informando e prevenindo sobre: sexualidade e drogas.

Grupo 18

1) Investir e fiscalizar projetos de inserção de negros, deficientes e mulheres no mercado de trabalho.

2) Capacitar educadores para lidar com diferenças como: questões relacionadas a sexualidades, cultura negra e indígenas, e preconceitos no geral, buscando proporcionar espaços de debates para conscientizar alunos e comunidades.

Propostas

1) Que todos os estabelecimentos comunitários se adaptem as necessidades dos deficientes físicos.

2) Capacitação / Formação integral dos educadores das instituições no tema em questão (trabalhar as questões de sexualidade), para futuros espaços de formação / discussão para pais, alunos e comunidade.

Propostas dos Participantes

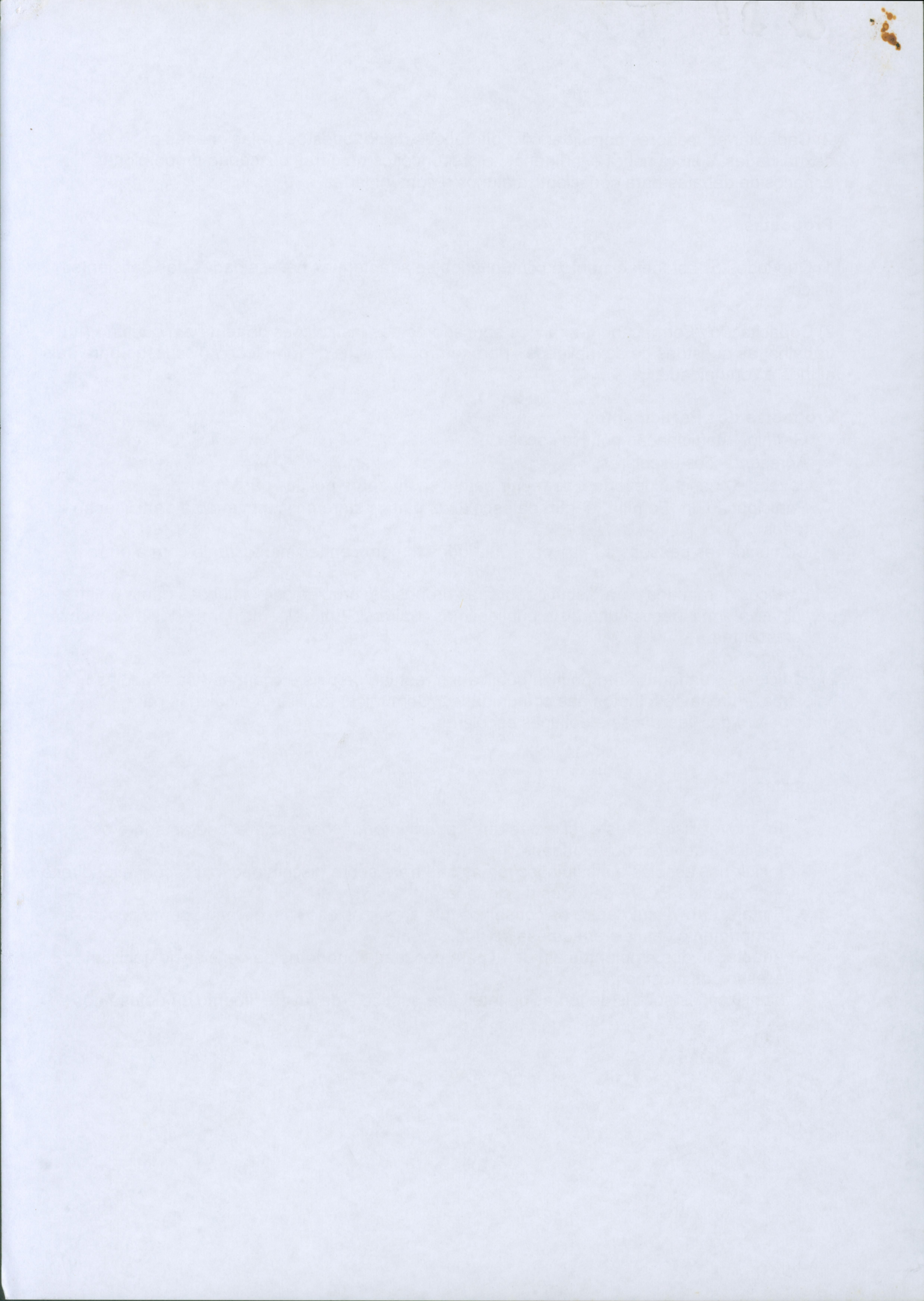
- Grêmio – participação política escolar.
- Apresentações escolares.
- Jovens e crianças deveriam se reunir para discutir sobre política participativa.
- Participação da “Família” dentro da escola. Os pais , estarem incentivando a participação de todos .
- Comunicar as pessoas e falar, para que todos tomem conhecimento. Junto com a outra.

1) Espaços garantidos para discutir sobre: as propostas, problemas e soluções numa política participativa em espaços culturais e públicos nos Bairros . Aonde participem todas as crianças e adolescentes.

2) Participação da família em política pública em reunião de pais e crianças (nas escolas), palestras, entrega de folhetos nas comunidades. Comunicar familiares e colegas para participarem das lideranças e políticas escolares.

Propostas:

- Promover discussões e reflexões que tragam informações esclarecedoras sobre os direitos e deveres dos cidadãos.
- Incluir nas escolas e instituições temas que trate sobre discriminação, preconceito, direito e deveres da ECA e de todos os cidadãos.
- Fortalecer o vínculo entre os conselhos tutelares e as escolas, gerando comunicação e cumprimento das leis em defesa do adolescente.
- Adaptação dos ambientes em geral para pessoas portadoras de deficiência, facilitando o acesso dos mesmos.
- Mobilizações sociais de temas de interesse público e de favorecimento da defesa dos direitos.



Turma 4

O que participação e interesse oportunidade: educação, direitos de trabalho, estudo ter o interesse e a responsabilidades.

mais oportunidade nos estudos, melhorar o ensino para que o aluno possa fazer uma faculdade. não pode haver discriminação

sim ter o seu interesse próprio. ter um grêmio na escola ter um melhor relacionamento com aluno e direção melhorar normas nas escolas.

aluno tem que ter incentivo aos estudos abrir maiores números de cursos profissionalizante e cultural

Proposta ; Criar no mínimo dois encontros regionais por ano

Como fazer.;

-Maior divulgação do eca sensibilizando as escolas

-Maior participação da juventude na comissão municipal

-Simplificar a linguagem do eca

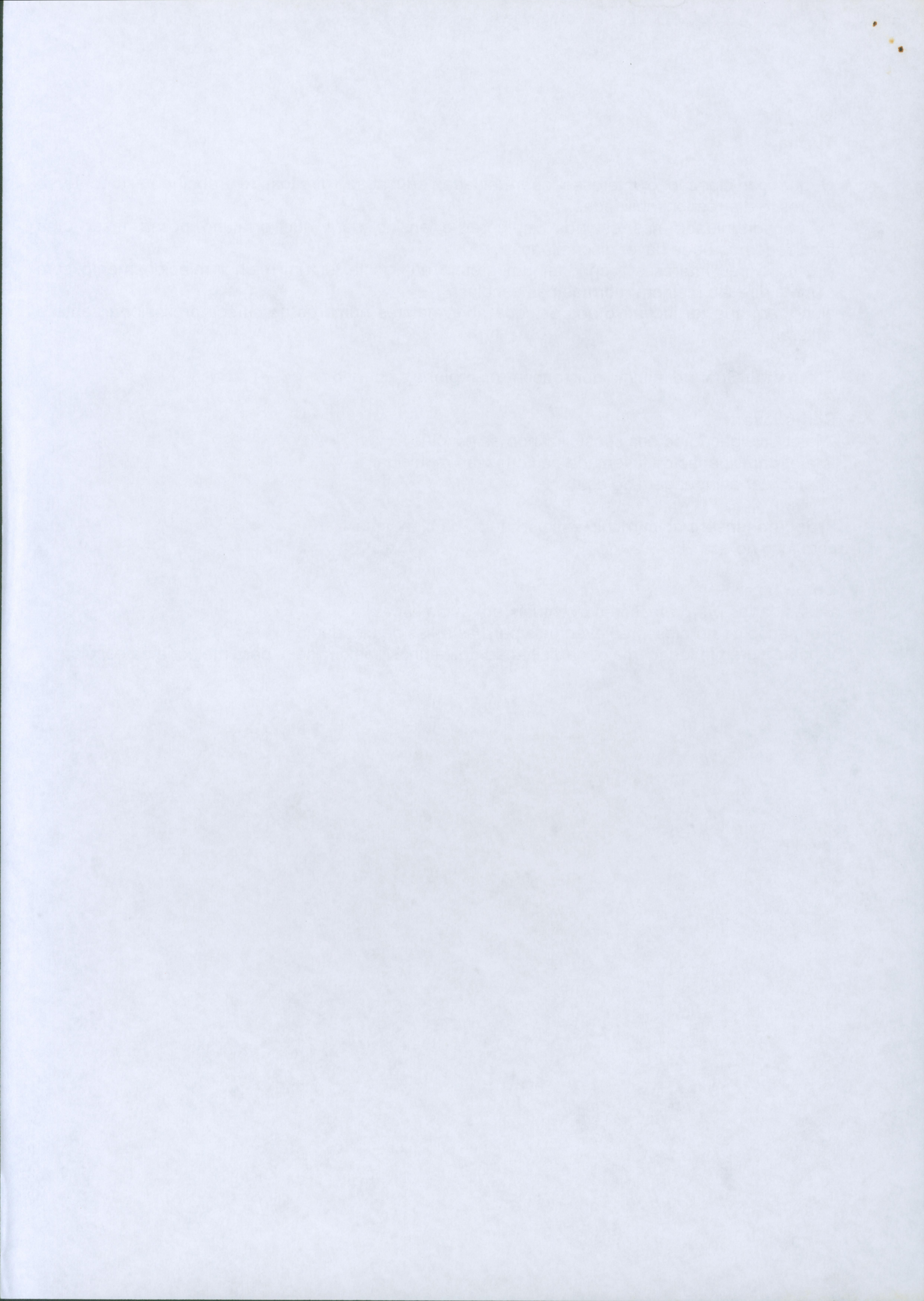
Proposta ; Inserir no currículo escolar aulas de cidadania com foco no eca

Como fazer.;

-Aulas dadas por professores eventuais(em aulas vagas)

-Formação dos professores eventuais para as aulas de cidadania

-Apoiar o grêmio tendo maior participação dos alunos nas decisões para melhoria da escola.



Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
(propostas aprovadas em 02/09/05)

Tema Específico

I - O Papel do Estado e da Sociedade na formulação, execução e monitoramento de uma Política para crianças e adolescentes.

Proposta 1 – sobre as conferências dos direitos da criança e do adolescente

A realização de conferências lúdicas nas três esferas dos governos (municípios, estados e união), que obedecerão aos seguintes critérios:

a) Participação das crianças e adolescentes no processo de organização faz conferências lúdicas:

A indicação das crianças e adolescentes para participar enquanto membro da Comissão Organizadora, será de responsabilidade dos Fóruns DCA, Frentes DCA (nas três esferas) e espaços de articulação do movimento social da infância e adolescência reconhecido historicamente pela sociedade civil, aonde não existir fóruns e frentes.

b) É de responsabilidade dos Conselhos DCAs, fóruns e frentes, pelo desenvolvimento da proposta metodológica e de organização das conferências lúdicas;

c) É de responsabilidade dos Conselhos DCAs (municipais, estaduais e nacional), garantir os recursos necessários para a realização das Conferências Lúdicas;

d) As Conferências Lúdicas, deverão tirar delegados para representar as crianças e adolescentes nas conferências oficiais, que devessem contemplar a participação de no mínimo 20% de adolescentes.

Os delegados deverão ser os mesmos para a conferência oficial.

e) A definição numérica de participantes nas conferências lúdicas, devessem seguir os mesmos números das conferências oficiais;

f) As conferências lúdicas, deverão ocorrer antes das conferências oficiais, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias;

g) A idade máxima para a participação nas conferências lúdicas na condição de delegado é de 18 (dezoito) anos incompletos;

h) É de responsabilidade do conselho municipal DCA, em garantir os recursos necessários (alimentação, transporte, e estadia), para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficial e lúdica estadual;

Parágrafo Único: O Conselho Municipal DCA devessem garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para o educador acompanhante das crianças e adolescentes, nas conferências lúdica estadual e oficial;

i) É de responsabilidade do conselho estadual DCA, garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficial e lúdica nacional;

O conselho Estadual DCA devessem garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para os educadores acompanhantes das crianças e adolescentes, na Conferência Lúdica Nacional.

Essa proposta entrará em vigor a partir da VII Conferência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
(propostas aprovadas em 02/02/05)

Tema Específico

1 - O Papel do Estado e da Sociedade na formulação, execução e monitoramento de uma Política para crianças e adolescentes.

Proposta 1 - sobre as conferências dos direitos da criança e do adolescente
A realização de conferências lúdicas nos três níveis dos governos (municipal, estadual e união), que obedecerão aos seguintes critérios:

a) Participação das crianças e adolescentes no processo de organização das conferências lúdicas.

A indicação das crianças e adolescentes para participar enquanto membro da Comissão Organizadora, será de responsabilidade dos Fóruns DCA, Fóruns DCA (nas três instâncias) e espaços de articulação do movimento social da infância e adolescência reconhecido historicamente pela sociedade civil, desde não existam fóruns e frentes.

b) É de responsabilidade dos Conselhos DCA, fóruns e frentes, pelo desenvolvimento da proposta metodológica e de organização das conferências lúdicas.

c) É de responsabilidade dos Conselhos DCA (municipal, estadual e nacional), garantir os recursos necessários para a realização das Conferências Lúdicas.

d) As Conferências Lúdicas, deverão ter delegados para representar as crianças e adolescentes nas conferências oficiais, que devem contemplar a participação de no mínimo 20% de adolescentes.

Os delegados deverão ser os mesmos para a conferência oficial.

e) A definição numérica de participantes nas conferências lúdicas, deverá seguir os mesmos números das conferências oficiais;

f) As conferências lúdicas, deverão ocorrer antes das conferências oficiais, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias;

g) A idade máxima para a participação nas conferências lúdicas na condição de delegado é de 18 (dezoito) anos incompletos;

h) É de responsabilidade do conselho municipal DCA, em garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia) para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficiais e lúdicas estaduais;

Parágrafo Único. O Conselho Municipal DCA, deverá garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para o educador acompanhante das crianças e adolescentes, nas conferências lúdicas estadual e oficial;

i) É de responsabilidade do conselho estadual DCA, garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficiais e lúdicas nacionais;

O Conselho Estadual DCA, deverá garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para os educadores acompanhantes das crianças e adolescentes, na Conferência Lúdica Nacional;

Essa proposta entra em vigor a partir da VII Conferência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

- j) Garantir ampla divulgação (rádio tv, jornais, e outras mídias) das conferencias;
- l) Os delegados das conferencias deverão assumir delegação de 2 anos, para debater a acompanhar a efetivação das políticas para as crianças e adolescente;
- m) Garantir via calendário escolar municipal e estadual;
- n) Garantir o processo de formação permanente sobre o ECA, conferencias nas escolas enquanto parte de preparação das conferencias;
- o) Os fóruns DCAs frente e espaços reconhecidos do movimento da infância , organizar encontros municípios regionais e nacional, com vista a organizar as conferencias.

Proposta 2: Fechamentos da Febem e criação de centro educativo para criança adolescente e a juventude.

Proposta 3: Promover espaços de discussão entre o poder publico local e a comunidade, visando uma melhor fiscalização sobre os benefícios que o governo oferece e os recursos públicos e as demandas de pedidos da comunidade.

Proposta 4: Que esta conferencia faça uma moção de repudia ao decreto lei que estabelece as os.

Proposta 5: Padronização do espaço territorial para todas secretarias e serviços públicos garantindo maior resolutividade e integração dos serviços.

Proposta 6: Que o fundo da criança e do adolescente seja gerenciado pelo Conselho Municipal, com auxilio do conselho orientação técnica.

Proposta 7: Transformar todos os projetos sociais e culturais do município de São Paulo que funcionam em sistemas de contrato, para políticas publicas mantidas pelo município.

Proposta 8: Criar um fórum juvenil municipal em cada região, onde o objetivo é formar e informar os jovens das políticas públicas e sociais das regiões e municípios. Neste mesmo fazer um diagnóstico e mapeamento dos equipamentos e dos problemas encontrados. Aumentar a mobilização e a participação dos jovens em instâncias publicas e sociais. E ampliar socialização destas discussões com jovens com outros jovens de diversos equipamentos e de outros lugares onde eles se encontrem.

Proposta 9: Criar campanhas culturais contra as drogas através de programas com o PROERD (programas de educação de resistência a droga e a violência), televisão (programas), Teatro com peças (mostrando o que pode acontecer) e radio.

Proposta 10: Que os conselhos tutelares e fóruns regionais promovam a implementação dos grêmios estudantis, conselhos Nses formulando um calendário anual de pré-encontros de formação sobre o ECA, cidadania e acompanhamento dos resultados das conferencias respeitando o levantamento das necessidades das crianças e adolescentes da região. Que o CMDCA realize a cada 3 meses encontros com delegados (das sub) referendados na VI Conferencia. Municipal da criança e adolescentes. A composição dos delegados seria de 2 por subprefeitura sendo 1 adolescente e 1 adulto.

Proposta 11: Criar e garantir políticas públicas eficazes, como programas de transferência de renda e atividades complementares que contemplem a diversidade e a singularidade da

- (j) Garantir ampla divulgação (rádio tv, jornais, e outras mídias) das conferências;
- (l) Os delegados das conferências deverão assuntar delegação de 2 anos para debater e acompanhar a efetivação das políticas para as crianças e adolescentes;
- (m) Garantir via calendário escolar municipal e estadual;
- (n) Garantir o processo de formação permanente sobre o ECA, conferências nas escolas enquanto parte de preparação das conferências;
- (o) Os fóruns DOAs frente e espaços reconhecidos do movimento da infância, organizar encontros municipais regionais e nacionais, com vista a organizar as conferências.
- Proposta 2:** Fechamentos da Febem e criação de centro educativo para criança adolescente e juventude
- Proposta 3:** Promover espaços de discussão entre o poder público local e a comunidade, visando uma melhor fiscalização sobre os benefícios que o governo oferece e os recursos públicos e as demandas de pedidos da comunidade
- Proposta 4:** Que esta conferência faça uma moção de repúdio ao decreto lei que estabelece as os.
- Proposta 5:** Padronização do espaço territorial para todas secretarias e serviços públicos garantindo maior resolutividade e integração dos serviços
- Proposta 6:** Que o fundo da criança e do adolescente seja gerenciado pelo Conselho Municipal, com auxílio do conselho orientação técnica
- Proposta 7:** Transformar todos os projetos sociais e culturais do município de São Paulo que funcionam em sistemas de contrato, para políticas públicas mantidas pelo município
- Proposta 8:** Criar um fórum juvenil municipal em cada região, onde o objetivo é formar e informar os jovens das políticas públicas e sociais das regiões e municípios. Neste mesmo fazer um diagnóstico e mapeamento dos equipamentos e dos problemas encontrados. Aumentar a mobilização e a participação dos jovens em instâncias públicas e sociais. E ampliar socialização destas discussões com jovens com outros jovens de diversos equipamentos e de outros lugares onde eles se encontram
- Proposta 9:** Criar campanhas culturais contra as drogas através de programas com o PROERD (programas de educação de resistência a droga e a violência), televisão (programas), Teatro com peças (mostrando o que pode acontecer) e rádio.
- Proposta 10:** Que os conselhos tutelares e fóruns regionais promovam a implementação dos grêmios estudantis, conselhos Nses formulando um calendário anual de pré-encontros de formação sobre o ECA, cidadãos e acompanhamento dos resultados das conferências respeitando o levantamento das necessidades das crianças e adolescentes da região. Que o CMDCA realize a cada 8 meses encontros com delegados (das sub) referendados na IV Conferência Municipal da criança e adolescentes.
- A composição dos delegados seria de 2 por subprefeitura sendo 1 adolescente e 1 adulto.
- Proposta 11:** Criar e garantir políticas públicas eficazes, como programas de transferência de renda e atividades complementares que contemplem a diversidade e a singularidade da

população demandatária, para propiciar o enfrentamento da questão de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e de trabalho Infante Juvenil.

Proposta 12: Aumentar a qualidade de educação, através de ajudas, como da coordenadoria dos jovens, dos fóruns entre outros. Para que os jovens não possam ir a escola com a intenção de obrigação, mais com a intenção de garantias de direito. Construindo uma sociedade democrática e justa. Infiltrando um conhecimento qualificativo para os jovens, estaríamos investindo em um país muito mais alegre.

Proposta 13: Divulgação assídua dos direitos das crianças e adolescentes e das conferências, tendo em mente que o necessário a ser feito é a conscientização dos direitos das crianças e dos adolescentes. Implantando um sistema de divulgação e um foro juvenil no município e na região.

Essa divulgação será feita por jovens instruídos por profissionais do fórum. Esses jovens irão divulgar por meio de reuniões com pais, jovens e crianças nas dependências escolares da localidade regional e municipal.

Proposta 14:

Desafio: Melhorar as estruturas do conselho tutelar e sub-prefeituras.

Proposta: Enviar mais verbas e melhores estruturas físicas e novos prédios para obter um melhor atendimento. (Rafael Alves e Ivo Rodrigues).

Proposta 15

Desafio:

- Criação de ginásio poliesportivo.
- Inclusão Digital nas escolas.
- Mais remédios grátis, médicos, leitos e equipamentos.
- Mais casas populares.
- Criação de lugares no lugar da febem, com cursos profissionalizantes para os adolescentes.

Proposta: O Governo poderia mandar mais verbas e divulgar ao povo onde foi gasto.

Proposta 16

Desafio: Crianças indo para a escola com roupas estragadas e sem material.

Proposta: Que o governo dê de graça material escolar e uniformes, para as crianças e adolescentes, de qualidade.

Proposta 17: Criar e implementar comissões Regionais com a participação de crianças e adolescentes, para garantir a descentralização das ações CMDCA e a destinação efetiva de verba orçamentária (PPA) para efetivação do ECA e maior controle social.

Proposta 18: Desativação da febem, que é a instituição que pratica violação dos direitos da criança e do adolescente e a implantação de casas de apoio junto a sociedade civil com profissionais multidisciplinares.

Proposta 19: Mobilizar a sociedade civil no mês de Dezembro para garantir prioridade para crianças e adolescentes na aprovação do PPA e da LOA na Câmara Municipal além da ampliação de recursos para o FUMCAD.

Tema Específico

II - O participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público

PROBLEMATICA 1: Verba do FUNCAD insuficiente para as demandas das crianças e adolescente.

população demandantes, para propiciar o enfrentamento da questão de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e de trabalho infantil juvenil.

Proposta 12: Aumentar a qualidade de educação, através de ações, como as coordenadoras dos jovens, dos fóruns entre outros. Para que os jovens não possam ir à escola com a intenção de evasão, mais com a intenção de garantir de direito. Construindo uma sociedade democrática e justa. Infiltrando um conhecimento qualitativo para os jovens, estamos investindo em um país muito mais alegre.

Proposta 13: Divulgação assídua dos direitos das crianças e adolescentes e das conferências, tendo em mente que o necessário a ser feito é a conscientização dos direitos das crianças e dos adolescentes. Implantando um sistema de divulgação e um foro juvenil no município e na região.

Essa divulgação será feita por jovens instruídos por profissionais do fórum. Esses jovens irão divulgar por meio de reuniões com pais, jovens e crianças nas dependências escolares da localidade regional e municipal.

Proposta 14:

Desafio: Melhorar as estruturas do conselho tutelar e sub-prefeituras.

Proposta: Enviar mais verbas e melhores estruturas físicas e novas prédios para obter um melhor atendimento (Rafael Alves e Ivo Rodrigues).

Proposta 15

Desafio:

- Criação de ginásio poliesportivo.

- Inclusão Digital nas escolas.

- Mais remédios grátis, médicos, leitos e equipamentos.

- Mais casas populares.

- Criação de lugares no lugar da febre, com cursos profissionalizantes para os adolescentes.

Proposta: O Governo poderia mandar mais verbas e divulgar, ao povo onde foi gasto.

Proposta 16

Desafio: Crianças indo para a escola com roupas estagadas e sem material.

Proposta: Que o governo dê de graça material escolar e uniformes, para as crianças e adolescentes, de qualidade.

Proposta 17: Criar e implementar comissões Regionais com a participação de crianças e adolescentes, para garantir a descentralização das ações CMDCA e a destinação efetiva de verba orçamentária (PPA) para efetivação do ECA e maior controle social.

Proposta 18: Desativação da febre, que é a instituição que pratica violação dos direitos da criança e do adolescente e a implantação de casas de apoio junto a sociedade civil com profissionais multidisciplinares.

Proposta 19: Mobilizar a sociedade civil no mês de Dezembro para garantir prioridade para crianças e adolescentes na aprovação do PPA e da LOA na Câmara Municipal além da ampliação de recursos para o FUMCAD.

Tema Específico

II - O participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público

PROBLEMATICA 1: Verba do FUMCAD insuficiente para as demandas das crianças e adolescente

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Criação de uma secretaria municipal de cidadania e justiça para cuidar dos direitos da criança e do adolescente, através da fiscalização e administração de verba própria.
- 1.2 - baseando-se no diagnostico dos relatórios do SIPIA, elaborar a L.O.A. e direcionar a verba do FUNCAD.

PROBLEMÁTICA 2: Falta de efetiva fiscalização da verba pública

PROPOSTA 2:

- 2.1 - Retomada do Orçamento Participativo.
- 2.2 - Efetivação da comissão permanente das crianças e adolescentes da câmara municipal, para o acompanhamento e fiscalização do orçamento público.

SUGESTÃO: Criação e fortalecimento de fóruns regionais da juventude.

PROPOSTA 3

Criação de uma Secretária Especial da Criança e do Adolescente, agregando os programas e instituições relacionadas (PROASF, CMDCA, FUNCAD, CONSELHO TUTELAR...).

Essa Secretaria teria as funções de :

A- Fortalecer os Fóruns Regionais por meio da divulgação do ECA , dos Conselhos, fóruns regionais e dos processos relativos a lei Orcamentaria

B- Criação de um conselho de representantes orçamentários por Subprefeitura, tendo como membros efetivos Conselhos Tutelar e Fóruns de defesa, realizando ouvidorias periódicas e informando população, CMDCA e organizações, inclusive pela mídia

C -criação da Delagacia Especial da Criança e Adolescente por Subprefeitura

D – Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais

PROPOSTA 4

Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais (Obs.: O grupo considerou esta proposta de suma importância, portanto, deliberou-se agregá-la à proposta 1, mas mantendo-a como proposta independente).

Tema Específico

III - Participação Social na promoção da Igualdade e valorização da diversidade: Gênero, Raça, Etnia, Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional.

PROBLEMÁTICA 1: Alto índice de discriminação, preconceito e violência praticada contra as mulheres, os negros, os deficientes, e contra as pessoas crianças, adolescentes e adultos que tem orientação sexual diferente de heterossexual.

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Que seja criado e implementado um Programa Municipal Público de combater a todo tipo de discriminação, que promova a educação sexual e educação para a cidadania nas escolas até o 1º semestre de 2006 com capacitação contínua.

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Criação de uma secretaria municipal de cidadania e justiça para cuidar dos direitos da criança e do adolescente, através da fiscalização e administração de verba própria
- 1.2 - baseando-se no diagnostico dos relatórios do SIRA, elaborar a L.O.A. e direcionar a verba do FUNCAD.

PROBLEMATICA 2: Falta de efetiva fiscalização da verba pública

PROPOSTA 2:

- 2.1 - Retomada do Orçamento Participativo
- 2.2 - Etitivação da comissão permanente das crianças e adolescentes da câmara municipal, para o acompanhamento e fiscalização do orçamento público.

SUGESTÃO: Criação e fortalecimento de fóruns regionais da juventude.

PROPOSTA 3

Criação de uma Secretaria Especial da Criança e do Adolescente, agregando os programas e instituições relacionadas (PROASF, CMDCA, FUNCAD, CONSELHO TUTELAR...)

Essa secretaria teria as funções de:

A- Fortalecer os Fóruns Regionais por meio da divulgação do ECA, dos Conselhos, fóruns regionais e dos processos relativos a lei Orçamentaria

B- Criação de um conselho de representantes orçamentários por Subprefeitura, tendo como membros efetivos Conselhos Tutelar e Fóruns de defesa, realizando reuniões periódicas e informando população, CMDCA e organizações, inclusive pela mídia

C- criação da Delegacia Especial da Criança e Adolescente por Subprefeitura

D - Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais

PROPOSTA 4

Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais (Obs: O grupo considerou esta proposta de suma importância, portanto, deliberou-se agregá-la à proposta 1, mas mantendo-a como proposta independente).

Tema Especifico

III - Participação Social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: Gênero, Raça, Étnia, Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional.

PROBLEMATICA 1: Alto índice de discriminação, preconceito e violência praticada contra as mulheres, os negros, os deficientes, e contra as pessoas crianças, adolescentes e adultos que tem orientação sexual diferente de heterossexual.

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Que seja criado e implementado um Programa Municipal Público de combater a todo tipo de discriminação, que promova a educação sexual e educação para a cidadania nas escolas até o 1º semestre de 2006 com capacitação contínua

- 1.2 - Que o CMDCA promova no município Seminários para aprofundamento dos temas como gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência.
- 1.3 Assegurar no ensino formal os conteúdos relativos à diversidade de raça, gênero, orientação sexual e deficiência em todos os componentes curriculares em procedência municipal.

PROBLEMATICA 2: Número elevado de crianças e adolescentes sem acesso as escolas e lugares públicos por falta de cumprimento da lei que garante acesso.

PROPOSTA 2:

2.1 - Garantir pelo menos uma escola por bairro com rampa e elevador até o inicio do ano letivo de 2006.

2-2 Ter a acessibilidade nos espaços públicos com punição para quem desrespeitar a legislação vigente.

PROPOSTA 3: Que o estado leve para o conanda proposta da divulgação do ECA por meio de propaganda nacional em horário nobre todos os dias enfocando com clareza as diversidades.

PROPOSTA 4: Que o governo federal estabeleça o ECA como matéria escolar e que os educadores sejam escolhidos da comunidade sem a necessidade de serem universitários.

PROPOSTA 5: Que os cursos universitários sejam obrigatórios, a lei federal 8069/90

PROPOSTA 6: Criação de mais abrigos que acolham gestantes (adolescentes) e paralelamente tenha um programa de trabalho com a mãe e pai desta.

PROPOSTA 7: Melhor capacitação de funcionários , incluindo entres eles, psicólogo, sociólogos, assistentes sociais, entre outros, divulgação dentro do espaço escolar, programas pela criança e adolescente, como ECA, revistas, jornais.

PROPOSTA 8: Melhorar também a qualidade e acessibilidade de espaços das escolas para deficientes.

PROPOSTA 9: FORUM - Incentivar as criações de fóruns que possam discutir a diversidade e sua representação na mídia, onde haja espaço aberto para sociedade para que aconteçam debates e palestras com temas relacionados.

PROPOSTA 10: Promover a politização cultural em toda sua diversidade brasileira, dentro das escolas publicas principalmente através dos educadores.

- 1.2. Que o CMDCA promova no município Seminários para aprofundamento dos temas como gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência.
- 1.3. A inserção no ensino formal do conteúdo relativo à diversidade de raça, gênero, orientação sexual e deficiência em todos componentes curriculares em procedimentos municipais.

PROBLEMATICA 2: Número elevado de crianças e adolescentes sem acesso as escolas e lugares públicos por falta de cumprimento da lei que garante acesso.

PROPOSTA 2:

- 2.1 - Garantir pelo menos uma escola por bairro com rampa e elevador até o início do ano letivo de 2006.
- 2.2 - Ter a acessibilidade nos espaços públicos com punição para quem desrespeitar a legislação vigente.

PROPOSTA 3: Que o estado leve para o conanda proposta de divulgação do ECA por meio de propaganda nacional em horário nobre todos os dias entocando com clareza as diversidades

PROPOSTA 4: Que o governo federal estabeleça o ECA como matéria escolar e que os educadores sejam escolhidos da comunidade da necessidade de serem universitários

PROPOSTA 5: Que os cursos universitários sejam obrigatórios, a lei federal 8069/90

PROPOSTA 6: Criação de mais abrigos que acolham gestantes (adolescentes) e paralelamente tenha um programa de trabalho com a mãe e pai desta.

PROPOSTA 7: Melhor capacitação de funcionários, incluindo entre eles, psicólogo, sociólogos, assistentes sociais, entre outros, divulgação dentro do espaço escolar, programas pela criança e adolescente, como ECA, revistas, jornais.

PROPOSTA 8: Melhorar também a qualidade e acessibilidade de espaços das escolas para deficientes.

PROPOSTA 9: FORUM - Incentivar as criações de fóruns que possam discutir a diversidade e sua representação na mídia, onde haja espaço aberto para sociedade para que aconteçam debates e palestras com temas relacionados.

PROPOSTA 10: Promover a politização cultural em toda sua diversidade brasileira, dentro das escolas publicas principalmente através dos educadores.

*Conferência Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente
(propostas aprovadas em 02/09/05)*

Tema Específico

I - O Papel do Estado e da Sociedade na formulação, execução e monitoramento de uma Política para crianças e adolescentes.

Proposta 1 – sobre as conferências dos direitos da criança e do adolescente

A realização de conferências lúdicas nas três esferas dos governos (municípios, estados e união), que obedecerão aos seguintes critérios:

a) Participação das crianças e adolescentes no processo de organização faz conferências lúdicas:

A indicação das crianças e adolescentes para participar enquanto membro da Comissão Organizadora, será de responsabilidade dos Fóruns DCA, Frentes DCA (nas três esferas) e espaços de articulação do movimento social da infância e adolescência reconhecido historicamente pela sociedade civil, aonde não existir fóruns e frentes.

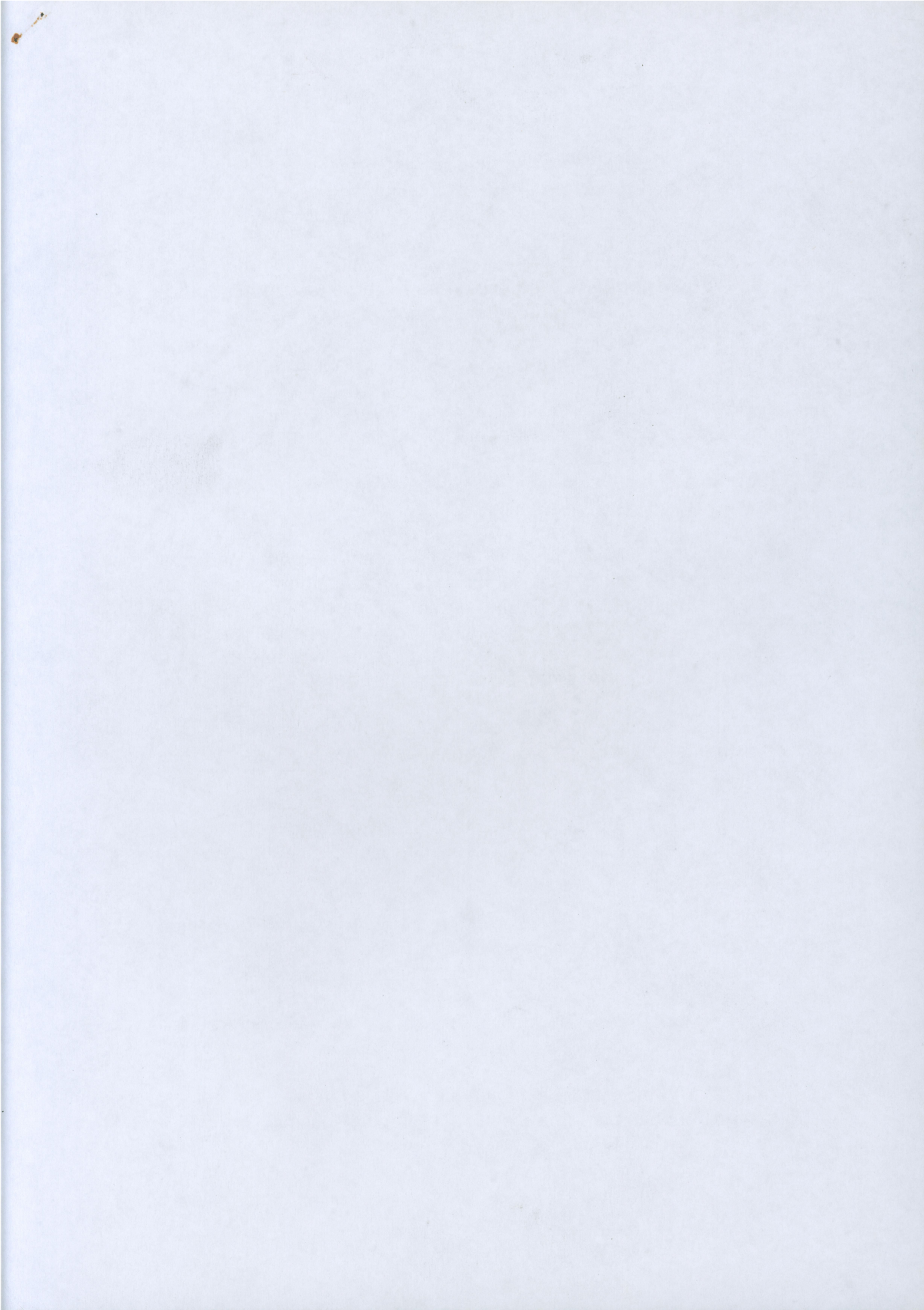
b) É de responsabilidade dos Conselhos DCAs, fóruns e frentes, pelo desenvolvimento da proposta metodológica e de organização das conferências lúdicas;

c) É de responsabilidade dos Conselhos DCAs (municipais, estaduais e nacional), garantir os recursos necessários para a realização das Conferências Lúdicas;

d) As Conferências Lúdicas, deverão tirar delegados para representar as crianças e adolescentes nas conferências oficiais, que deverá contemplar a participação de no mínimo 20% de adolescentes.

Os delegados deverão ser os mesmos para a conferências oficial.

e) A definição numérica de participantes nas conferências lúdicas, deverá seguir os mesmo números das conferências oficiais;



f) As conferências lúdicas, deverão ocorrer antes das conferências oficiais, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias;

g) A idade máxima para a participação nas conferências lúdicas na condição de delegado é de 18 (dezoito) anos incompletos;

h) É de responsabilidade do conselho municipal DCA, em garantir os recursos necessários (alimentação, transporte, e estadia), para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficial e lúdica estadual;

Parágrafo Único: O Conselho Municipal DCA devera garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para o educador acompanhante das crianças e adolescentes, nas conferência lúdica estadual e oficial;

i) É de responsabilidade do conselho estadual DCA, garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para que as crianças e adolescentes possam participar das conferências oficial e lúdica nacional;

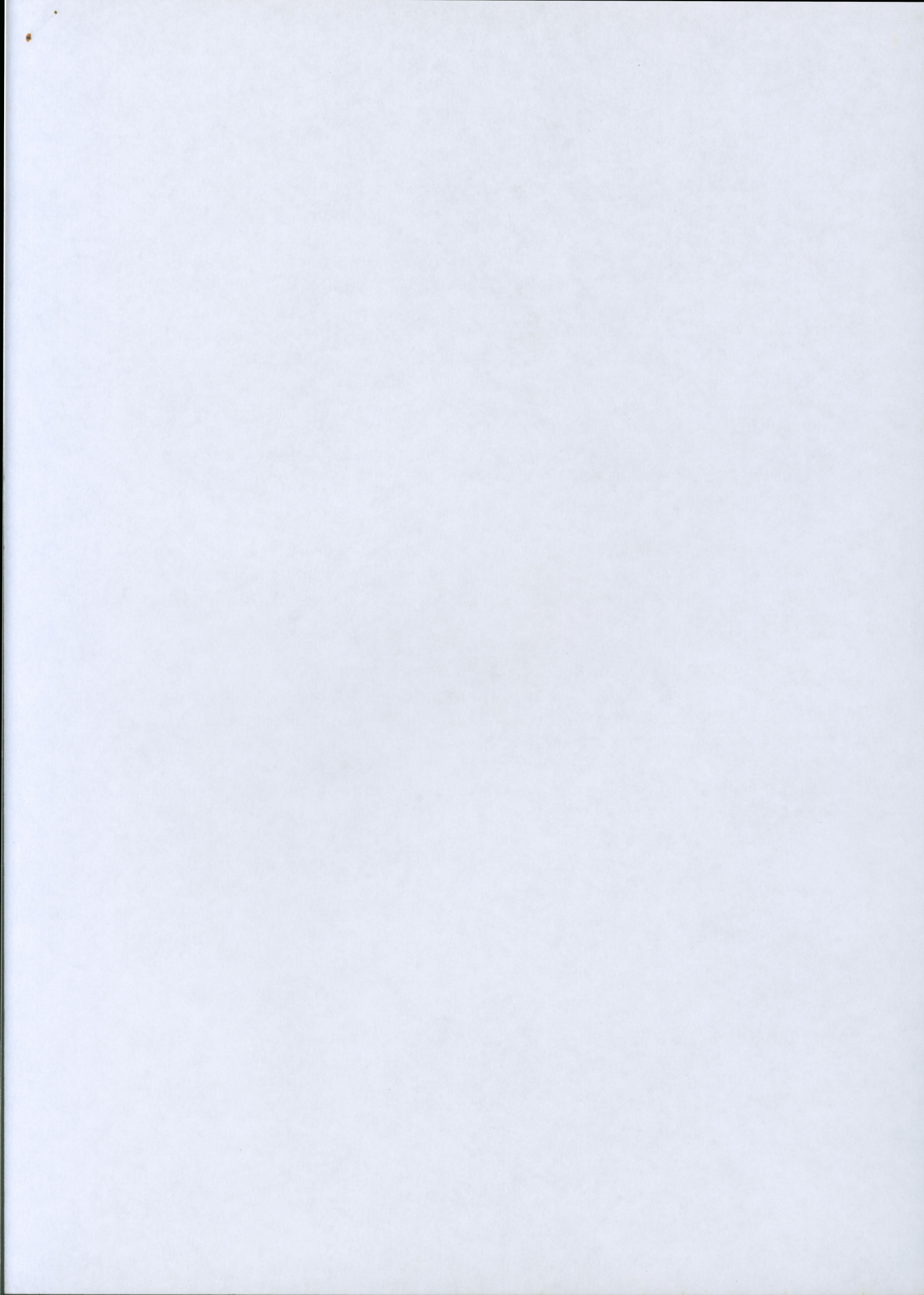
O conselho Estadual DCA devera garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estadia), para os educadores acompanhantes das crianças e adolescentes, na Conferência Lúdica Nacional.

Essa proposta entrara em vigor a partir da VII Conferência dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

j) Garantir ampla divulgação (rádio tv, jornais, e outras mídias) das conferências;

l) Os delegados das conferências deverão assumir delegação de 2 anos, para debater a acompanhar a efetivação das políticas para as crianças e adolescente;

m) Garantir via calendário escolar municipal e estadual;



n) Garantir o processo de formação permanente sobre o ECA, conferências nas escolas enquanto parte de preparação das conferências;

o) Os fóruns DCAs frente e espaços reconhecidos do movimento da infância, organizar encontros municípios regionais e nacional, com vista a organizar as conferências.

Proposta 2

Fechamentos da Febem e criação de centro educativo para criança adolescente e a juventude.

Proposta 3

Promover espaços de discussão entre o poder público local e a comunidade, visando uma melhor fiscalização sobre os benefícios que o governo oferece e os recursos públicos e as demandas de pedidos da comunidade.

Proposta 4

Que esta conferência faça uma moção de repúdio ao decreto lei que estabelece as os.

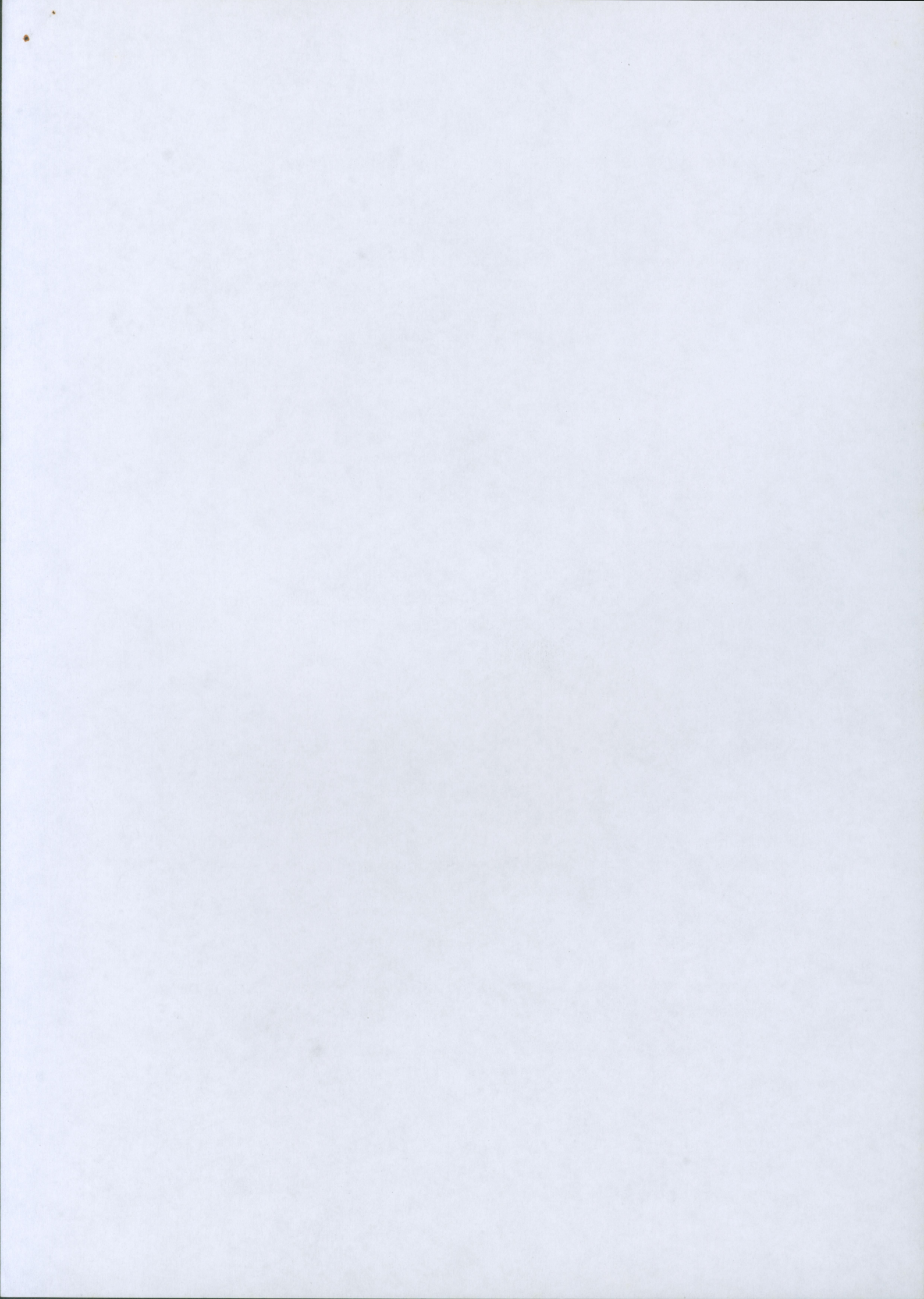
Proposta 5

Padronização do espaço territorial para todas secretarias e serviços públicos garantindo maior resolutividade e integração dos serviços.

Proposta 6

Que o fundo da criança e do adolescente seja gerenciado pelo Conselho Municipal, com auxílio do conselho orientação técnica.

Proposta 7



Transformar todos os projetos sociais e culturais do município de São Paulo que funcionam em sistemas de contrato, para políticas públicas mantidas pelo município.

Proposta 8

Criar um fórum juvenil municipal em cada região, onde o objetivo é formar e informar os jovens das políticas públicas e sociais das regiões e municípios. Neste mesmo fazer um diagnóstico e mapeamento dos equipamentos e dos problemas encontrados.

Aumentar a mobilização e a participação dos jovens em instâncias públicas e sociais.

E ampliar socialização destas discussões com jovens com outros jovens de diversos equipamentos e de outros lugares onde eles se encontrem.

Proposta 9

Criar campanhas culturais contra as drogas através de programas com o PROERD (programas de educação de resistência à droga e a violência), televisão (programas), Teatro com peças (mostrando o que pode acontecer) e rádio.

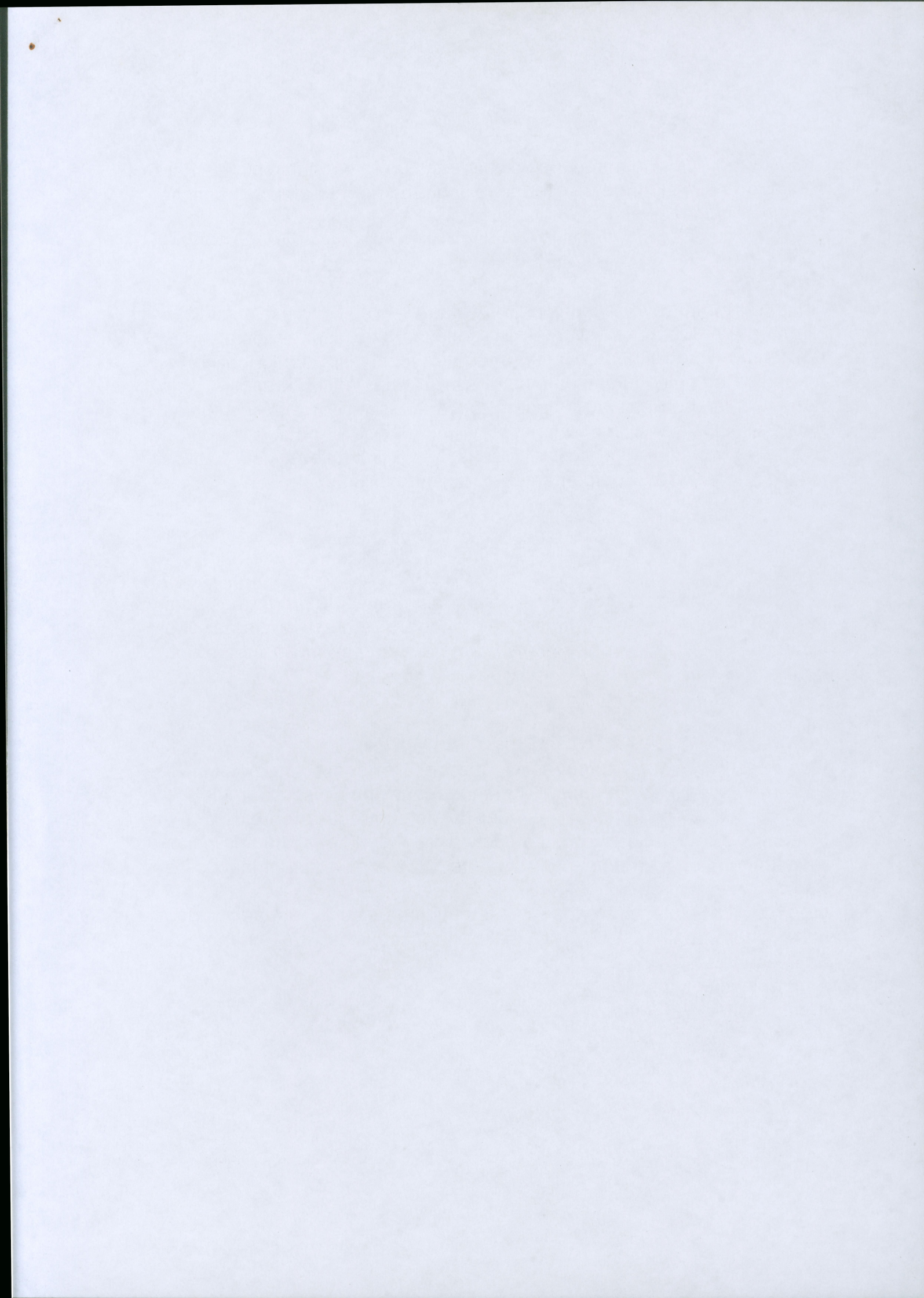
Proposta 10

Que os conselhos tutelares e fóruns regionais promovam a implementação dos grêmios estudantis, conselhos Nses formulando um calendário anual de pré-encontros de formação sobre o ECA, cidadania e acompanhamento dos resultados das conferências respeitando o levantamento das necessidades das crianças e adolescentes da região.

Que o CMDCA realize a cada 3 meses encontros com delegados (das sub) referendados na VI Conferência Municipal da criança e adolescentes.

A composição dos delegados seria de 2 por subprefeitura sendo 1 adolescente e 1 adulto.

Proposta 11



Criar e garantir políticas públicas eficazes, como programas de transferência de renda e atividades complementares que contemplem a diversidade e a singularidade da população demandatória, para propiciar o enfrentamento da questão de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e de trabalho Infantil Juvenil.

Proposta 12

Aumentar a qualidade de educação, através de ajudas, como da coordenadoria dos jovens, dos fóruns entre outros. Para que os jovens não possam ir a escola com a intenção de obrigação, mais com a intenção de garantias de direito. Construindo uma sociedade democrática e justa. Infiltrando um conhecimento qualificativo para os jovens, estaríamos investindo em um país muito mais alegre.

Proposta 13

Divulgação assídua dos direitos das crianças e adolescentes e das conferências, tendo em mente que o necessário a ser feito é a conscientização dos direitos das crianças e dos adolescentes. Implantando um sistema de divulgação e um foro juvenil no município e na região.

Essa divulgação será feita por jovens instruídos por profissionais do fórum. Esses jovens irão divulgar por meio de reuniões com pais, jovens e crianças nas dependências escolares da localidade regional e municipal.

Proposta 14

Desafio: Melhorar as estruturas do conselho tutelar e sub-prefeituras.

Proposta: Enviar mais verbas e melhores estruturas físicas e novos prédios para obter um melhor atendimento. (Rafael Alves e Ivo Rodrigues).

Proposta 15

Desafio:

- Criação de ginásio poliesportivo.
- Inclusão Digital nas escolas.
- Mais remédios grátis, médicos, leitos e equipamentos.

- Mais casas populares.
- Criação de lugares no lugar da febem, com cursos profissionalizantes para os adolescentes.

Proposta: O Governo poderia mandar mais verbas e divulgar ao povo onde foi gasto.

Proposta 16

Desafio: Crianças indo para a escola com roupas estragadas e sem material.

Proposta: Que o governo dê de graça material escolar e uniformes, para as crianças e adolescentes, de qualidade.

Proposta 17

Criar e implementar comissões Regionais com a participação de crianças e adolescentes, para garantir a descentralização das ações CMDCA e a destinação efetiva de verba orçamentária (PPA) para efetivação do ECA e maior controle social.

Proposta 18

Desativação da febem, que é a instituição que pratica violação dos direitos da criança e do adolescente e a implantação de casas de apoio junto a sociedade civil com profissionais multidisciplinares.

Proposta 19

Mobilizar a sociedade civil no mês de Dezembro para garantir prioridade para crianças e adolescentes na aprovação do PPA e da LOA na Câmara Municipal além da ampliação de recursos para o FUMCAD.

Tema Específico

II - O participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público

PROBLEMATICA 1:

Verba do FUNCAD insuficiente para as demandas das crianças e adolescente.

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Criação de uma secretaria municipal de cidadania e justiça para cuidar dos direitos da criança e do adolescente, através da fiscalização e administração de verba própria.
- 1.2 - baseando-se no diagnostico dos relatórios do SIPIA, elaborar a L.O.A. e direcionar a verba do FUNCAD.

PROBLEMÁTICA 2:

Falta de efetiva fiscalização da verba pública

PROPOSTA 2:

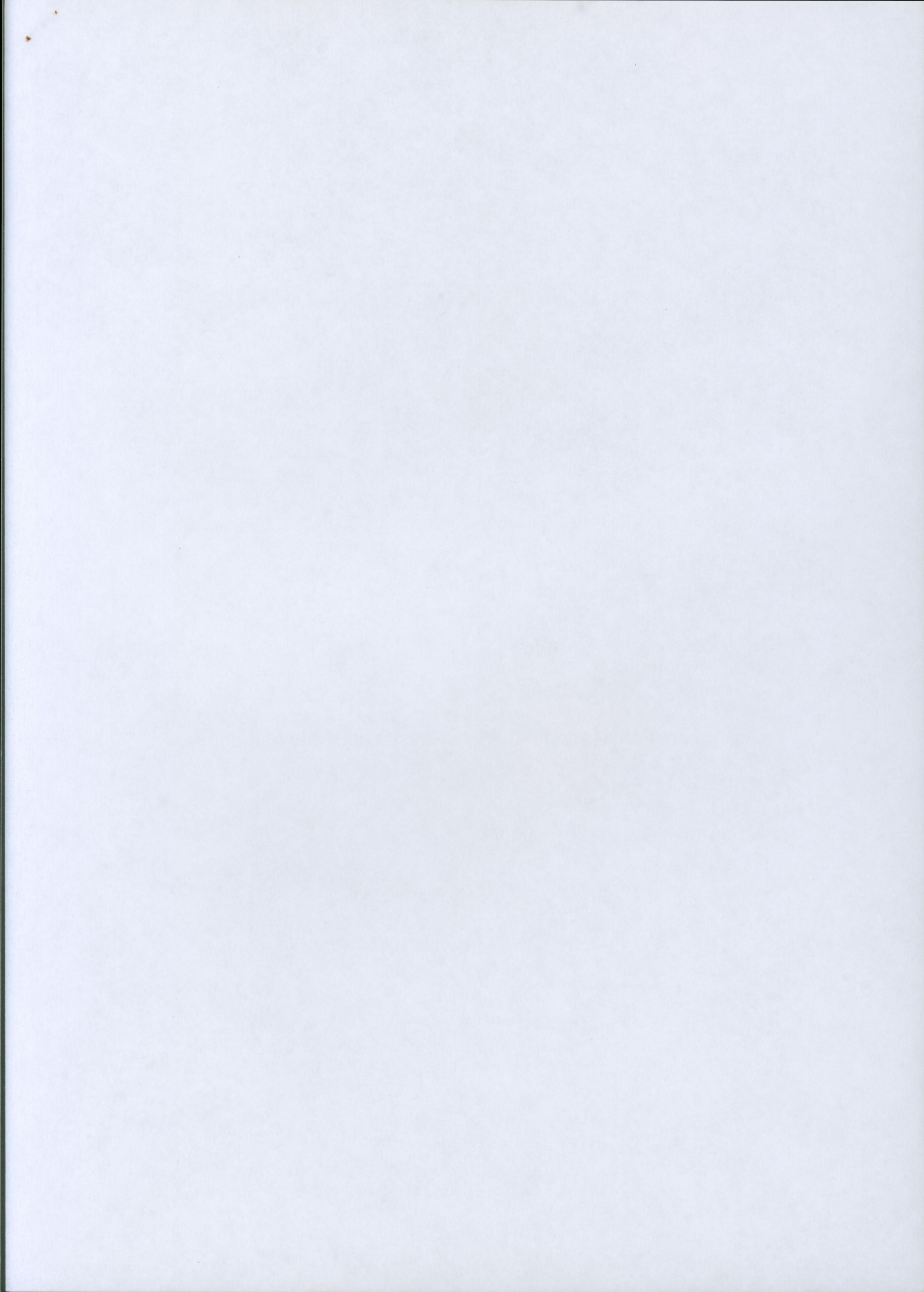
- 2.1 - Retomada do Orçamento Participativo.
- 2.2 - Efetivação da comissão permanente das crianças e adolescentes da câmara municipal, para o acompanhamento e fiscalização do orçamento público.

SUGESTÃO:

Criação e fortalecimento de fóruns regionais da juventude.

PROPOSTA 3

Criação de uma Secretária Especial da Criança e do Adolescente, agregando os programas e instituições relacionadas (PROASF, CMDCA, FUNCAD, CONSELHO TUTELAR...).



Essa Secretaria teria as funções de :

A- Fortalecer os Fóruns Regionais por meio da divulgação do ECA, dos Conselhos, fóruns regionais e dos processos relativos a lei Orcamentaria

B- Criação de um conselho de representantes orçamentários por Subprefeitura, tendo como membros efetivos Conselhos Tutelar e Fóruns de defesa, realizando ouvidorias periódicas e informando população, CMDCA e organizações, inclusive pela mídia

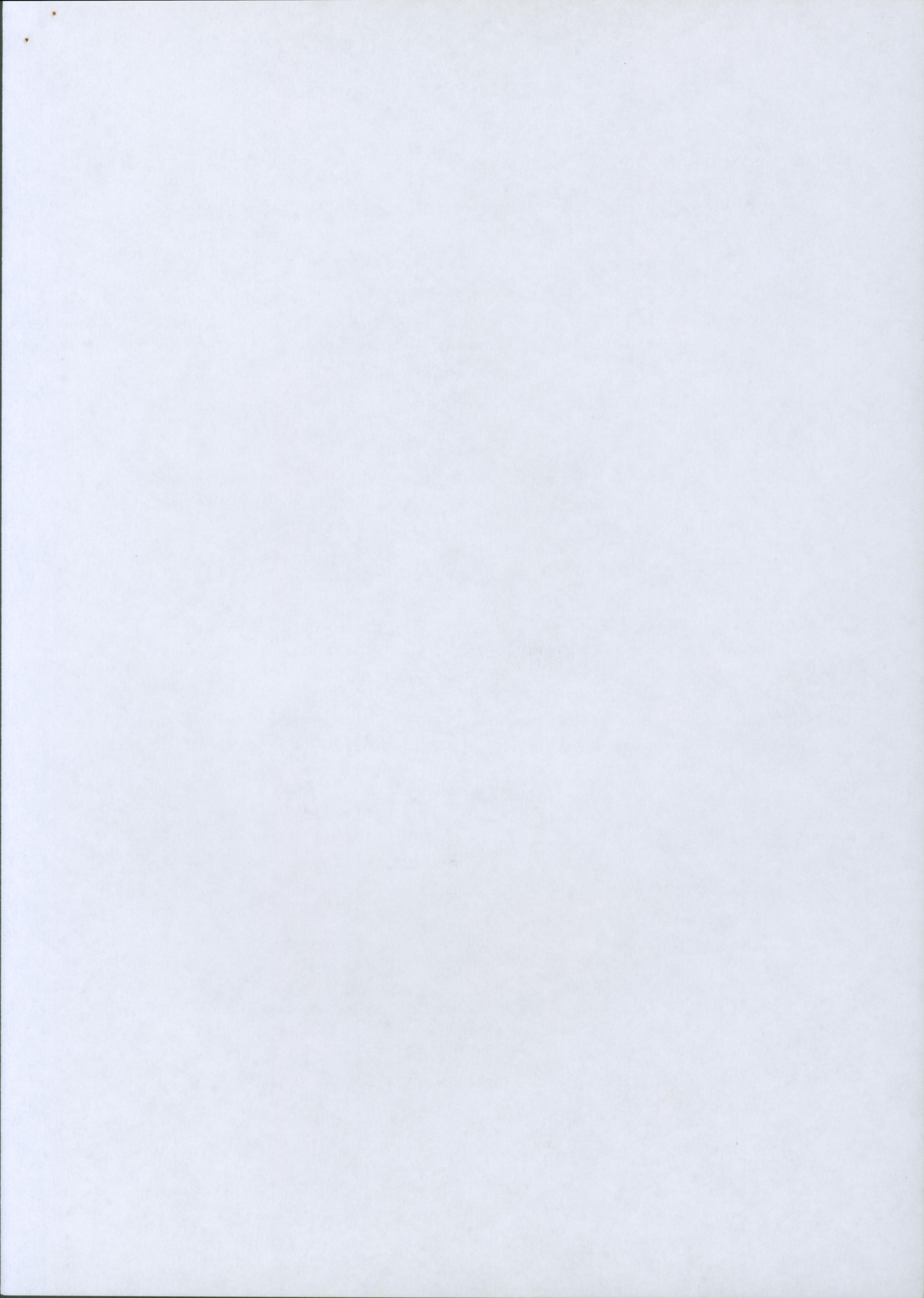
C -criação da Delagacia Especial da Criança e Adolescente por Subprefeitura

D – Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais

PROPOSTA 4

Elaboração do plano Municipal-Regional de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente junto ao PPA, garantindo aumento do repasse de verbas Federais, Estaduais e Municipais

(Obs.: O grupo considerou esta proposta de suma importância, portanto, deliberou-se agregá-la à proposta 1, mas mantendo-a como proposta independente).



Tema Específico

III - Participação Social na promoção da Igualdade e valorização da diversidade: Gênero, Raça, Etnia, Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional.

PROBLEMATICA 1:

Alto índice de discriminação, preconceito e violência praticada contra as mulheres, os negros, os deficientes, e contra as pessoas crianças, adolescentes e adultos que tem orientação sexual diferente de heterossexual.

PROPOSTA 1:

- 1.1 - Que seja criado e implementado um Programa Municipal Público de combater a todo tipo de discriminação, que promova a educação sexual e educação para a cidadania nas escolas até o 1º semestre de 2006 com capacitação contínua.
- 1.2 - Que o CMDCA promova no município Seminários para aprofundamento dos temas como gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência.
- 1.3 Assegurar no ensino formal os conteúdo relativo à diversidade de raça, gênero, orientação sexual e deficiência em todos componentes curriculares em procedência municipal.

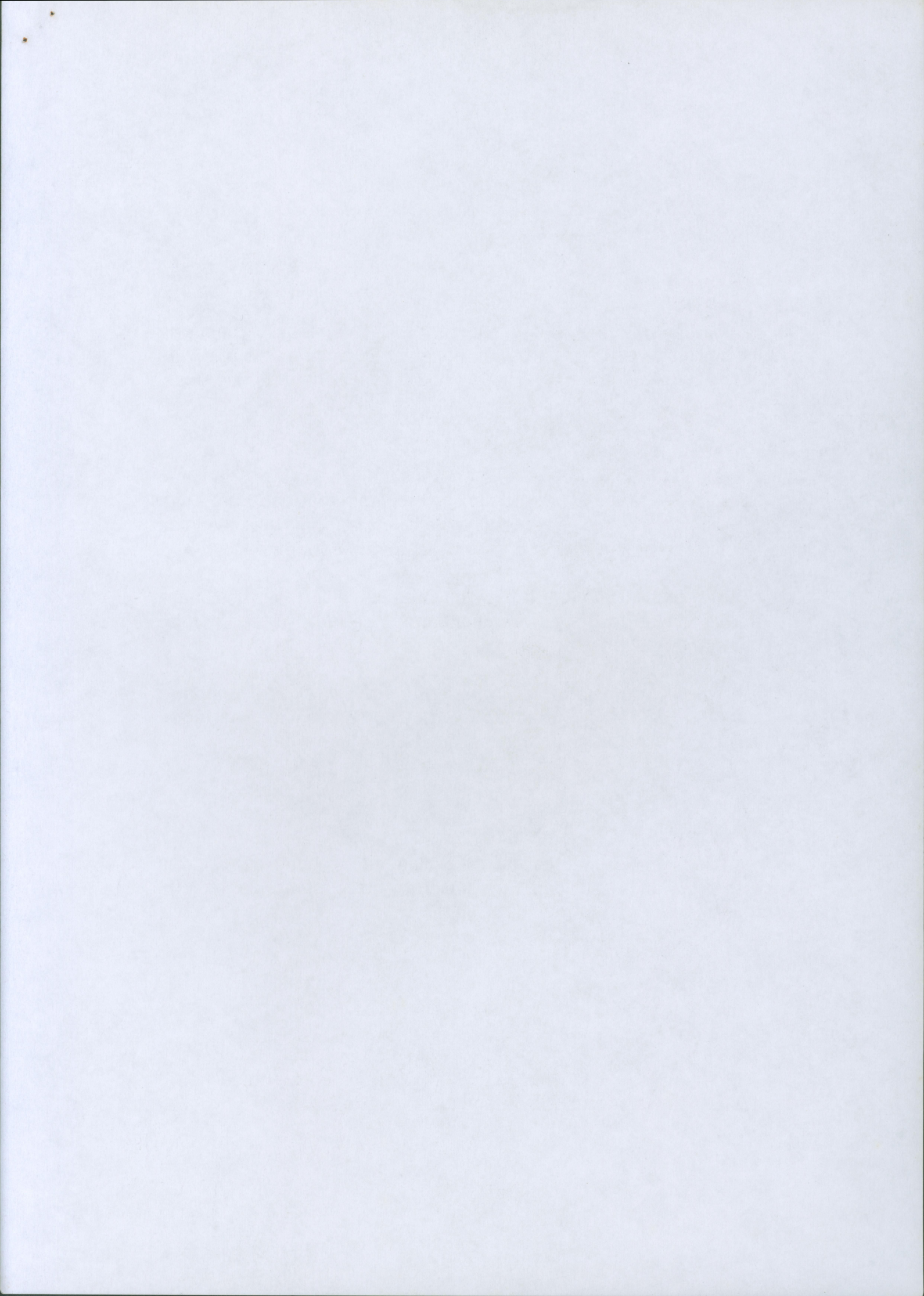
PROBLEMATICA 2:

Número elevado de crianças e adolescentes sem acesso as escolas e lugares públicos por falta de cumprimento da lei que garante acesso.

PROPOSTA 2:

2.1 - Garantir pelo menos uma escola por bairro com rampa e elevador até o início do ano letivo de 2006:

2-2 Ter a acessibilidade nos espaços públicos com punição para quem desrespeitar a legislação vigente.



PROPOSTA 3:

Que o estado leve para o conanda proposta da divulgação do ECA por meio de propaganda nacional em horário nobre todos os dias enfocando com clareza as diversidades.

PROPOSTA 4:

Que o governo federal estabeleça o ECA como matéria escolar e que os educadores sejam escolhidos da comunidade sem a necessidade de serem universitários.

PROPOSTA 5:

Que os cursos universitários sejam obrigatórios, a lei federal 8069/90

PROPOSTA 6:

Criação de mais abrigos que acolham gestantes (adolescentes) e paralelamente tenha um programa de trabalho com a mãe e pai desta.

PROPOSTA 7:

Melhor capacitação de funcionários , incluindo entres eles, psicólogo, sociólogos, assistentes sociais, entre ouros, divulgação dentro do espaço escolar, programas pela criança e adolescente, como ECA, revistas, jornais.

PROPOSTA 8:

Melhorar também a qualidade e acessibilidade de espaços da das escolas para deficientes:

PROPOSTA 9:

FORUM - Incentivar as criações de fóruns que possam discutir a diversidade e sua representação na mídia, onde haja espaço aberto

para sociedade para que aconteçam debates e palestras com temas relacionados.

PROPOSTA 10:

Promover a politização cultural em toda sua diversidade brasileira, dentro das escolas públicas principalmente através dos educadores.

**Conferência Municipal Lúdica dos Direitos
da Criança e do Adolescente**
(propostas aprovadas em 31/08/05)

Tema Central

Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - Por uma Política para a Criança e Adolescente.

Turma A

OFICINA DAS CRIANÇAS

Maior divulgação do Conselho Tutelar e do Estatuto das Crianças e Adolescentes nas escolas, garantindo que ele participe da comunidade escolar e que atue quando houver violação dos direitos.

Garantir que as escolas abram aos sábados, para que não seja apenas um espaço para o lazer e sim para que eles tenham um espaço para discutir assuntos de interesses da comunidade, que envolvam alunos, familiares e professores.

Turma B

MELHORA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Instituições com mais qualidade para que a criança e o adolescente possam permanecer por mais tempo na escola com mais segurança, melhoria da limpeza do ambiente de educação, mais apoio às casas de cultura para que possa envolver números maiores de crianças e adolescentes, implantação de jornal e rádio populares, desenvolvidos pelas crianças e adolescentes sendo que os mesmos façam suas matérias (Divulgação do ECA e cuidados do meio ambiente, uso de drogas, questão sexuais) para que a proposta implantada tem peso de execução na formação de cidadãos conscientes críticos.

Conscientizar os educadores da importante participação deles nestas questões, apoiando a criança e o adolescente para obter bons resultados futuros.

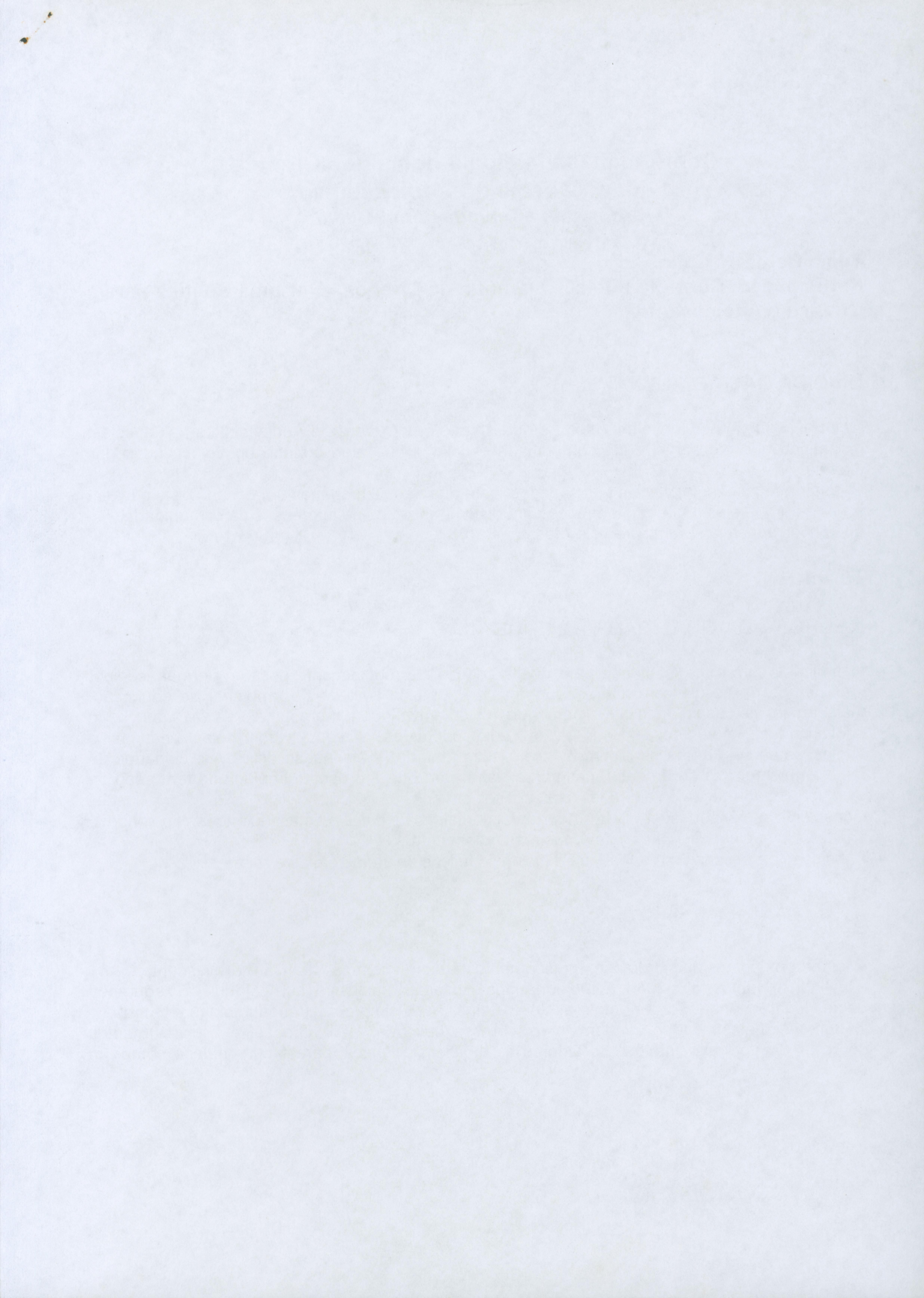
À inclusão de pessoas portadores de deficiência físicas de varias etnias e raças.

Saúde

-Melhorar os postos de saúde com medicamentos e atendimento à Criança e Adolescente.

-Reivindicar junto ao estado a melhoria dos Hospitais, inclusive aumentando a segurança destes lugares tendo atendimento gratuito de Dentistas, Fisioterapia, Fonoaudióloga e Outros.

- Promover palestras que venham falar sobre sexualidade, DST, Drogas, e esclarecimentos sobre os direitos dos cidadãos portadores de deficiência físicos, para a comunidade como um todo.



Tema 1

O papel da Sociedade e do Estado na Formulação, Execução e Monitoramento de uma Política para Crianças e Adolescentes.

GRUPO 1

1. Capacitação dos professores escola públicas para linguagem de libras(linguagem dos surdos e mudos), inserindo no currículo escolar o mínimo de uma aula por semana para todos os alunos e ainda que se tenha nos programas de televisão "a janela" de comunicação em todos os programas educativos.
2. **Campanha nacional de divulgação do estatuto de crianças e adolescente através da mídia , com distribuição do eca e cartilhas em locais publicos e entidades.** visando o fortalecimento dos gremios entudantis nas escolas ,maior participação de crianças e jovens nas conferencias (que estas ocorram aos finais de semana) e ainda sejam garantidos liberação de verbas voltadas aos cursos de capacitação profissional.

GRUPO 5

Propostas aprovadas.

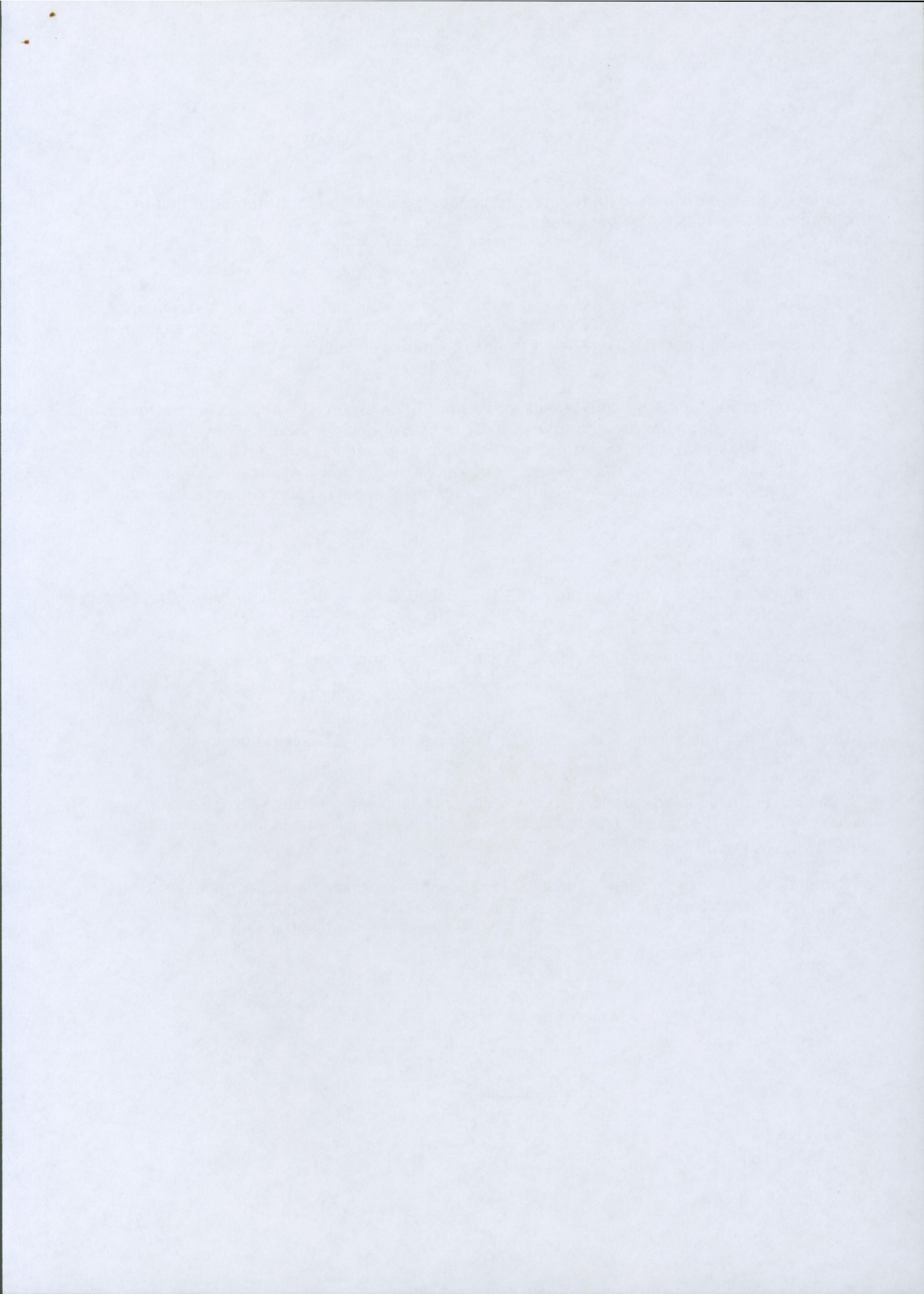
- 1- Criação, em cada região, de projetos sociais voltados para o primeiro emprego através de parceria público privada.
- 2- Criação de hospitais com atendimento especializados em criança e adolescente.

GRUPO 6

1-Desafio: Melhorar a qualidade de ensino pela formação de cidadãos conscientes e participativos.

Propostas : Formar e reciclar profissionais da educação, incluindo o estatuto do eca e de cidadania no currículo escolar, democratizando os espaços escolares, dando fim a aprovação automática e instaurando a semana do eca nas escolas.

2-Desafio: Proporcionar o desenvolvimento pleno do cidadão e inclusão social. propostas: criar programas e espaços para infância e juventude nas áreas de esportes, cultura e lazer e políticas mais eficazes de profissionalização e inserção no mercado de trabalho.



Tema 2

O participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público

Grupos 1, 2 e 3

PROPOSTAS:

1. Que haja prestação de contas do poder publico com fiscalização das verbas e divulgação nos conselhos tutelares, internet;
2. Que o governo garanta que o adolescente, após ter feito um curso profissionalizante adquira uma vaga de emprego na função de aprendiz como determina um dos artigos do eca;
3. Que nas redes publicas de saúde seja garantido o medico hebiatra, que tenha como função especifica o no acompanhamento psicologico gratuito aos adolescente e com isso também seja criado um disque ajuda para adolescente.

Grupo 4

PROPOSTAS:

1. criar uma comissão de pais e alunos para a fiscalização da entrada de verba nas escolas e nas subprefeituras;
2. reestruturação dos espaços ociosos (prédios, galpão, terreno, baldios) que seram direcionados a projetos para crianças e adolescentes como ongs instituições em geral (promovendo também cursos profissionalizantes nestes locais).

Grupo 5

PROPOSTAS:

1. Mais divulgações, em relação aos direitos da criança e dos adolescentes (eca); ter locais de divulgação das conferencias em jornais, revistas e televisões; informar as escolas sobre os eventos das conferencias, tendo dialogos entre professores diretores e alunos;
2. Maior participação da comunidade no orçamento publico;

Grupo 6

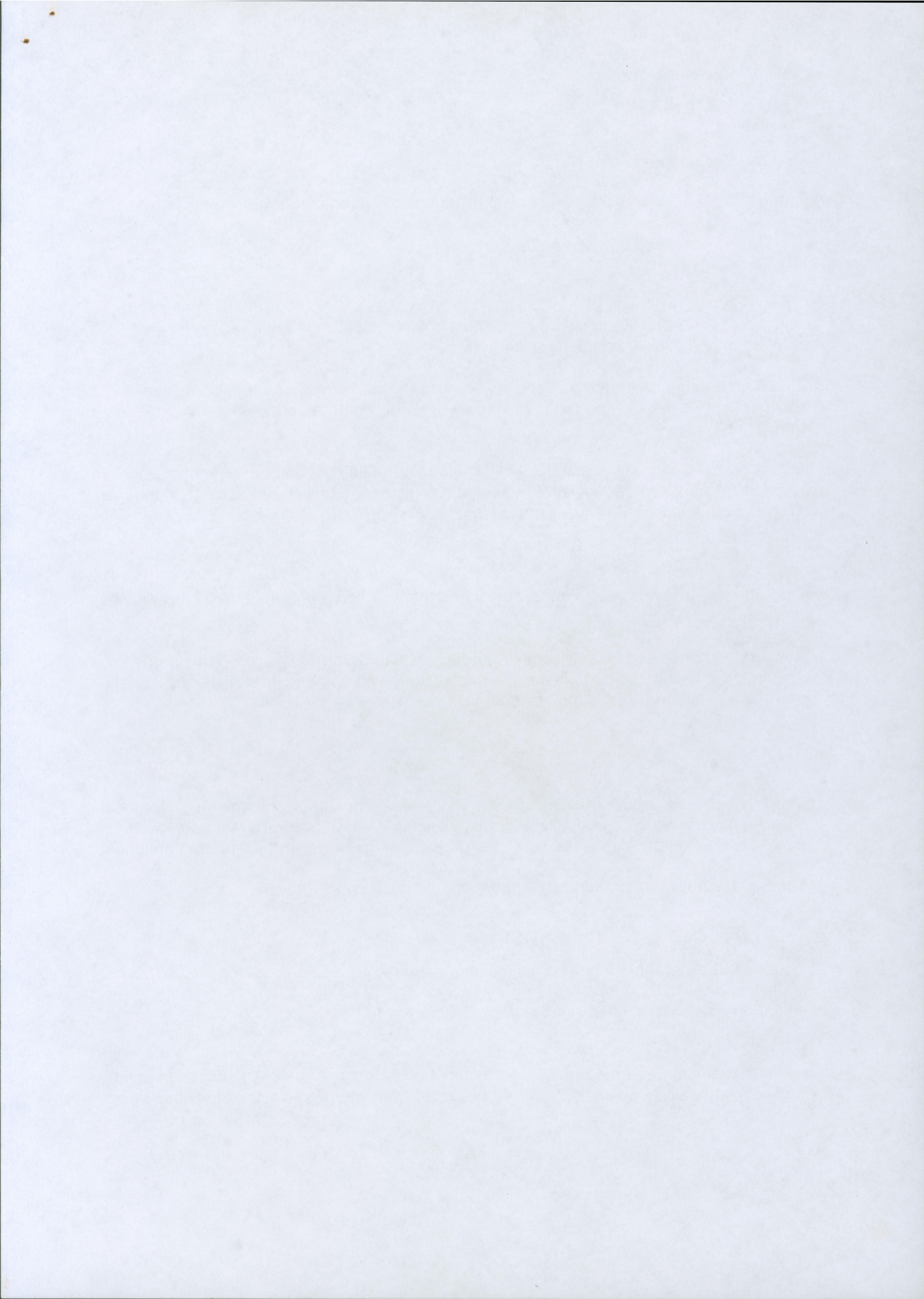
PROPOSTA:

1. O eca ser mais aprofundado nas escolas com a participação do conselho tutelar, não sendo só obrigação das escolas.

Solução: Fornecer 1% da verba publica para divulgação do eca.

2. Por o ECA em pratica.

Solução: Criação de matéria sociologia/eca/cidadania obrigatoria nas escolas com parceria dos conselhos tutelares regionais, gremios, projetos e movimentos relacionados com o eca.



Tema 3

Participação Social na promoção da Igualdade e valorização da diversidade: Gênero, Raça, Etnia, Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional.

1) Ter Oficinas temáticas nas escolas, sobre gênero, afetividade, Sexualidade e Outros. Nós chegamos à conclusão, que havendo oficinas temáticas nas escolas, mesmo que sendo duas vezes no ano com duração de uma semana iríamos obter mais resultados em relação aos jovens e as crianças, pois todos teriam conhecimentos sobre drogas, seus direitos e deveres, doenças e assim aprenderiam a respeitar o próximo e a si mesmo, principalmente as pessoas portadoras de deficiência físicas. Além disto, e poderíamos ter programas na mídia contra a discriminação como forma de conscientização da sociedade.

2) Adequações da sociedade para recursos aos deficientes físicos como, por exemplo, semáforos com sinais sonoros, braile em computadores e livros, rampas para paraplégicos e etc.

Grupo D

1) Mais divulgação do ECA nas escolas (Através de grêmios e grupos etc...). E respeitar o estatuto da criança e adolescente.

2) Incluir os pais nas atividades da escola.

Grupo 15

1) Criar uma cultura de participação para crianças/adolescentes ocuparem e/ou criarem espaços destinados á creches, lazer, educação, profissionalização e conhecimentos gerais. Organizando também debates de temas diversos.

2) Capacitação/ Formação de educadores para garantir espaços de discussões na comunidade: unindo escolas, instituições e postos de saúde (abrangendo os temas: orientação sexual, preconceito, deficiências e drogas).

Reforma educacional

➤ Alterar a metodologia do ensino formal e incluir no currículo escolar as disciplinas: Informática, inglês intensivo e estudo do ECA em escolas publicas e faculdades.

Saúde

➤ Implantar nas escolas publicas e profissionais capacitados (assistentes sociais ou psicólogos de ambos os sexos) para dar plantões, palestras informando e prevenindo sobre: sexualidade e drogas.

Grupo 18

1) Investir e fiscalizar projetos de inserção de negros, deficientes e mulheres no mercado de trabalho.

2) Capacitar educadores para lidar com diferenças como: questões relacionadas a sexualidades, cultura negra e indígenas, e preconceitos no geral, buscando proporcionar espaços de debates para conscientizar alunos e comunidades.

Propostas

1) Que todos os estabelecimentos comunitários se adaptem as necessidades dos deficientes físicos.

2) Capacitação / Formação integral dos educadores das instituições no tema em questão (trabalhar as questões de sexualidade), para futuros espaços de formação / discussão para pais, alunos e comunidade.

Propostas dos Participantes

- Grêmios – participação política escolar.
- Apresentações escolares.
- Jovens e crianças deveriam se reunir para discutir sobre política participativa.
- Participação da "Família" dentro da escola. Os pais, estarem incentivando a participação de todos.
- Comunicar as pessoas e falar, para que todos tomem conhecimento. Junto com a outra.

1) Espaços garantidos para discutir sobre: as propostas, problemas e soluções numa política participativa em espaços culturais e públicos nos Bairros. Aonde participem todas as crianças e adolescentes.

2) Participação da família em política pública em reunião de pais e crianças (nas escolas), palestras, entrega de folhetos nas comunidades. Comunicar familiares e colegas para participarem das lideranças e políticas escolares.

Propostas:

- Promover discussões e reflexões que tragam informações esclarecedoras sobre os direitos e deveres dos cidadãos.
- Incluir nas escolas e instituições temas que trate sobre discriminação, preconceito, direito e deveres da ECA e de todos os cidadãos.
- Fortalecer o vínculo entre os conselhos tutelares e as escolas, gerando comunicação e cumprimento das leis em defesa do adolescente.
- Adaptação dos ambientes em geral para pessoas portadoras de deficiência, facilitando o acesso dos mesmos.
- Mobilizações sociais de temas de interesse público e de favorecimento da defesa dos direitos.

Turma 4

O que participação e interesse oportunidade: educação, direitos de trabalho, estudo .ter o interesse e a responsabilidades.

mais oportunidade nos estudos, melhorar o ensino para que o aluno possa fazer uma faculdade.não pode haver discriminação

sim ter o seu interesse próprio.ter um grêmio na escola ter um melhor relacionamento com aluno e direção melhorar normas nas escolas.

aluno tem que ter incentivo aos estudos abrir maiores números de cursos profissionalizante e cultural

Proposta ; Criar no mínimo dois encontros regionais por ano

Como fazer.;

- Maior divulgação do eca sensibilizando as escolas
- Maior participação da juventude na comissão municipal
- Simplificar a linguagem do eca

Proposta ; Inserir no currículo escolar aulas de cidadania com foco no eca

Como fazer.;

- Aulas dadas por professores eventuais(em aulas vagas)
- Formação dos professores eventuais para as aulas de cidadania
- Apoiar o grêmio tendo maior participação dos alunos nas decisões para melhoria da escola.

